

2020

Relatório de Atividades

2º Trimestre



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidência

Conselheiro Renato Martins Costa

Corregedoria

Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Ramalho

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Denis Dela Vedova Gomes

Carim José Feres

João Carlos Pietropaolo

Patrícia Ulson Pizarro Werner

Débora Sammarco Milena

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	23
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:	24
2.1	FÍSICOS.....	24
2.2	ELETRÔNICOS	25
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	26
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO.....	26
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	26
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	26
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES	26
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	27
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	27
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	28
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	28
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	28
6.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II	28
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	31
6.1.3.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ.....	32
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	32
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	32
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	32
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento	33
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	40
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP	42
6.6.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	43
6.7.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	44
6.8.	OUVIDORIA.....	45
6.9.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	45
6.10.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	48
6.11.	CERIMONIAL	48
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	24
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	28
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	29
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	29
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas Correntes.....	35
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas de Capital	36
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas Correntes	36
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas de Capital	37
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas Correntes.....	37
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas de Capital	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º trimestre.....	27
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	30
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	31
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	45
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais	46
Gráfico 6 - Acessos ao Portal TCESP.....	47

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO SIDNEY
ESTANISLAU BERALDO
Presidente

Realizadas desde 2016 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **as fiscalizações ordenadas buscam cada vez mais avaliar não apenas a conformidade e a legalidade dos atos praticados pelos órgãos e pelas entidades jurisdicionadas a esta Corte, mas também a qualidade dos gastos e dos serviços públicos disponibilizados à população em setores essenciais, como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança.**

Neste trimestre, o modelo adotado pelo TCESP ganhou um novo capítulo. Isso porque, em uma parceria inédita com a Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), foi realizada a **I Fiscalização Ordenada Nacional, uma iniciativa que reuniu, pela primeira vez, os 32 Tribunais de Contas do Brasil.** Batizada de “Operação Educação”, a ação vistoriou mais de 1 mil escolas de todo o país. No Estado de São Paulo, 197 unidades escolares das redes municipais e estaduais receberam a visita de Agentes da Fiscalização, que inspecionaram cerca de 200 itens relacionados à adequação da infraestrutura de salas de aula, refeitórios, bibliotecas e salas de informática.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente relatório, elaborado **em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno,** e que apresenta as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do 2º trimestre do exercício de 2023,** tanto as relacionadas ao exercício do controle externo, quanto as afetas à dinâmica administrativa interna.

Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigente Municipais



O Tribunal de Contas deu continuidade às reuniões do 27º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais. No dia 13 de abril, São José do Rio Preto sediou o segundo encontro do ano, reunindo cerca de 600 participantes, entre Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores, Deputados, lideranças políticas, Secretários Municipais, gestores e servidores públicos.

Os eventos seguintes, aos quais ocorreram mais de 2,6 mil pessoas, foram realizados em São José dos Campos (24/4), Sorocaba (25/5), Santos (29/5), Campinas (5/6) e Bauru (29/6). Pelo TCESP, estiveram presentes o Senhor Presidente, Sidney Estanislau Beraldo; o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi; a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCE, Letícia Formoso Delsin Matuck Feres; Diretores e técnicos da Corte de Contas paulista.

Ao longo da programação foram debatidos temas relevantes para a Administração Pública, como a Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021), o Terceiro Setor, a importância do planejamento, as ferramentas de tecnologia utilizadas pelo TCE na fiscalização, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), entre outros. Com dez encontros programados para este ano, o Ciclo de Debates continuará no segundo semestre com reuniões em Araraquara (3/8), Ribeirão Preto (24/8) e Araçatuba (14/9).



Accesse o infosite do Ciclo de Debates e saiba mais sobre os próximos encontros.



Conselhos Municipais de Educação



LIVE

Conselhos Municipais de Educação

Perguntas e respostas

13/4
14h30 | 15h30
QUINTA-FEIRA

PALESTRANTES

- . ELIAS SANTOS FERREIRA
Diretor Técnico de Divisão
- . SILVIA CRISTINA FERREIRA COSTA
Chefe Técnica da Fiscalização
- . AUDRIA LUCINE MARTINS DE SOUZA
Chefe Técnica da Fiscalização

Envie suas perguntas e sugestões de tema
bit.ly/4Oy9g1n

ASSISTA EM TEMPO REAL streaming.tce.sp.gov.br/lives



Como parte das ações pedagógicas promovidas no exercício, o Tribunal realizou uma *live* para **esclarecer dúvidas sobre a atuação, da estruturação e do funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.**

Atuaram como instrutores o Diretor-Técnico de Divisão Elias Santos Ferreira (DF-7); e as Chefes-Técnicas da Fiscalização Silvia Cristina Ferreira Costa e Audria Lucine Martins de Souza. A capacitação, com 90 minutos de duração, teve mais de 1,3 mil acessos.

Planejamento de políticas públicas



LIVE

PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Palestrantes

- MÁRCIO EDUARDO PERASSOL FERNANDES
Chefe Técnico da Fiscalização do TCESP
- MURILO JOSÉ PENTEADO ROBERTO
Chefe Técnico da Fiscalização do TCESP

20/4
QUINTA-FEIRA
10h00 | 12h00

Inscrições:
bit.ly/3nQIV40

streaming.tce.sp.gov.br/lives



O Tribunal de Contas do Estado também realizou **palestra online com o intuito de transmitir informações teóricas e práticas para a qualificação do planejamento de políticas públicas no âmbito municipal.** Proferida pelos Chefes-

Técnicos da Fiscalização do TCESP Márcio Eduardo Perassol Fernandes e Murilo José Penteado Roberto, a exposição foi veiculada pelo canal da EPCP no YouTube e contou com mais de 1,1 mil visualizações.

I Fiscalização Ordenada Nacional



Destaca-se, no período, a realização da I Fiscalização Ordenada Nacional. A ação, resultado de uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o TCESP, promoveu a inspeção de 1.082 escolas, distribuídas entre 537 municípios, nos dias 24 a 26 de abril. No Estado de São Paulo, os trabalhos ocorreram em 197 estabelecimentos municipais e estaduais, nos quais foram avaliadas as condições de utilização de salas de aula, refeitórios, bibliotecas e salas de informática, por meio da verificação de disponibilidade e adequação de 200 itens previamente definidos. A iniciativa congregou, pela primeira vez, os 32 Tribunais de Contas do país em uma auditoria simultânea.

Os resultados da operação revelaram que aproximadamente 40% das unidades inspecionadas pelo TCESP possuíam salas de aula com deficiências capazes de prejudicar o conforto ambiental e o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem, como janelas, ventiladores e móveis quebrados e iluminação insuficiente. Além disso, em 38,58% das escolas não havia qualquer recurso de acessibilidade. Em relação à segurança, um terço das unidades visitadas não dispunha de câmeras de vigilância; mesma proporção das que não eram atendidas pela ronda escolar nem contavam com serviços de vigilância particular

Os trabalhos constataram, ainda, a ausência de biblioteca ou sala de leitura em cerca de 50% das unidades de ensino inspecionadas no Estado de São Paulo.



Acesse o relatório com os dados completos da Operação Educação no Estado de São Paulo.



Estágio remunerado para estudantes de Ensino Superior



Em maio, também pela primeira vez na história, todas as etapas em que se subdivide o processo seletivo para contratação de estagiários foram integralmente conduzidas por servidores do próprio TCESP, incluindo a elaboração das provas de conhecimento a que foram submetidos os candidatos.

Direcionada a estudantes de cursos de graduação, a seleção ofereceu 42 vagas, distribuídas em diversas áreas: Administração; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Contabilidade; *Design* Gráfico; Direito; Engenharia Civil; Arquitetura; Letras; Odontologia; Produção Audiovisual; Rádio e TV; Sistemas de Informação e Ciência da Computação.

O resultado do processo seletivo foi publicado em junho, no Diário Oficial Eletrônico do TCESP. Ao todo, foram contratados 21 alunos para o programa de estágio. **Conforme previsto pelo Ato GP nº 28/2022, 20% das vagas do edital foram asseguradas a candidatos pretos e pardos.**

Com carga horária diária de 6 horas, cinco dias por semana, o estágio é remunerado com bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 1.180,00. Os selecionados recebem, ainda, auxílio-transporte e auxílio-refeição.

A duração do contrato é de 12 meses e, a critério do supervisor, pode ser renovado apenas uma vez, por igual período, tendo em vista que o art. 11 da Lei nº 11.788/08 veda o prolongamento do estágio por mais de dois anos na mesma instituição contratante.

Centenário do TCESP



O Tribunal de Contas deu início às celebrações pelos 100 anos da Corte. Para marcar a data, o Senhor Presidente e o Vice-Presidente, Renato Martins Costa, que atua como Coordenador da Comissão do Centenário, apresentaram ***o logotipo da instituição alusivo ao centenário.*** Uma comissão selecionou cinco finalistas, dentre 50 projetos inscritos no concurso interno instituído para tal finalidade. A decisão coube aos Conselheiros, que votaram de forma sigilosa e sem que os autores das peças fossem previamente identificados. Fábio Xavier, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, e Andressa Carvalho da Silva, Assessora Técnica-Procuradora do Gabinete da Secretaria-Diretoria Geral, foram os vencedores.

Remessa de dados sobre Terceiro Setor



O TCESP tornou obrigatório o envio de informações relacionadas a todos os ajustes firmados com o Terceiro Setor.

Os dados devem ser encaminhados por meio da Fase V do Sistema Audesp, em até 10 dias úteis após a assinatura de contratos de gestão, convênios e termos de parceria, colaboração ou de fomento. A iniciativa decorre da necessidade de aperfeiçoamento da fiscalização sobre os repasses ao Terceiro Setor, a cujas entidades são confiadas somas cada vez maiores de recursos públicos, especialmente em áreas como a Saúde e Cultura.

Painel Obras Paralisadas ou Atrasadas



Em maio, o **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo atualizou as informações do “Painel de Obras Paralisadas ou Atrasadas”**. Os dados foram colhidos junto a **3.176 órgãos estaduais e municipais fiscalizados pela Corte**.

De acordo com o novo levantamento, o número de empreendimentos nessas condições subiu de 762 para 784, entre outubro de 2022 e abril de 2023. Desse total, 507 estavam paralisados e 277, atrasados. Os recursos previstos para custeá-los, de acordo com respectivos contratos iniciais, totalizavam R\$ 19.663.743.659,14.

620 das obras identificadas, que perfazem o equivalente a 79,08% do total, eram de responsabilidade municipal; as demais, de órgão e entidades da Administração estadual. Dentre os motivos que deram causa aos atrasos e às paralisações, destacam-se: o descumprimento de cláusulas contratuais; questões técnicas identificadas após a realização do certame licitatório; atrasos em repasses estaduais e federais; deficiências nos projetos básicos e contingenciamento de recursos próprios.

O “Painel de Obras Paralisadas ou Atrasadas” permite ao cidadão verificar a relação de empreendimentos com problemas de cronograma no território paulista, apresentando gráficos que apontam as principais fontes de recursos das obras, classificadas por áreas temáticas (Educação, Saúde, Habitação, mobilidade urbana, dentre outros).



Consulte os dados e faça download das planilhas no Painel de Obras Paralisadas ou Atrasadas do TCESP



V Simpósio Nacional de Educação



No dia 11 de maio, o Tribunal de Contas do Estado, representado pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes e pela Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCESP Élide Graziane Pinto, **participou do V Simpósio Nacional de Educação (SINED), em Goiânia**. O encontro reuniu autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões brasileiras para um debate sobre os desafios e os caminhos para melhorar a Educação no país, especialmente após os impactos negativos causados pela pandemia da COVID-19.

Capacitações sobre controle interno



Para esclarecer dúvidas dos jurisdicionados sobre assuntos relacionados ao controle interno, o TCESP promoveu, nos meses de maio e junho, dois eventos. Em 19 de maio, os debates, no Auditório Nobre “Professor José

Luiz de Anhaia Mello”, tiveram como foco o controle interno na fiscalização de repasses ao Terceiro Setor. Já em 30 de junho, a capacitação, realizada apenas no formato *online*, abordou a atuação do controle interno nas fiscalizações operacionais e no acompanhamento das políticas públicas. Os cursos estão disponíveis no canal da EPCP no YouTube.

Congresso Estadual de Municípios



No dia 11 de maio, o Tribunal **marcou presença na 65ª edição do Congresso Estadual de Municípios (CEM), em Ribeirão Preto**. Estiveram presentes o Conselheiro-Decano do TCESP, Antonio Roque Citadini, o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi, e o Procurador do MPC junto ao TCESP Thiago Pinheiro Lima.

Antonio Roque Citadini participou de mesa de trabalho com o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, e, na ocasião, o Governador em Exercício do Estado de São Paulo, Felício Ramuth. O congresso reuniu representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Estado e da União, para discutir assuntos de interesse dos municípios paulistas.

Aplicativo Portal TCESP



O TCE agregou **novas funcionalidades ao aplicativo “Portal TCESP”, que concentra os principais serviços oferecidos pelo órgão aos cidadãos e jurisdicionados**. Desenvolvida pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), a última

atualização do aplicativo permitiu acesso a conteúdos de caráter pedagógico produzidos pela Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), como vídeos de cursos e palestras, *podcasts* com entrevistas, biblioteca e demais publicações.

Seminário Terceiro Setor



A Corte paulista realizou, nos dias 22 e 23 de maio, em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), o **seminário “Boas Práticas para Gestão de Contratos das Organizações Sociais”**.

Durante o evento, foram debatidos temas como indicadores de desempenho e desafios para o monitoramento dos contratos firmados com as Organizações Sociais (OS). Dados do TCESP indicam que os valores repassados pelo Estado e pelos municípios ao Terceiro Setor vêm crescendo. Só entre 2019 e 2022, o aumento foi de R\$ 10 bilhões.

Além do Senhor Presidente e da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, participaram do evento Rafael Benini, Secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo; Bruno Palialol, pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); Joelson Sampaio, professor da FGV; Gabriel Marchi da Silva e Roberta Azola Gardelli, Diretores Técnicos de Divisão do TCESP (DF-1 e DF-10, respectivamente); e Deize Lins, Assessora Técnica-Procuradora do Tribunal.

Cerca de 450 servidores de todo o país acompanharam o encontro, realizado na sede do TCESP, na Capital paulista.



Acesse a galeria de fotos do seminário Boas Práticas para a Gestão de Contratos das OS no Flickr do TCESP.



Evento discute assédio moral



No dia 24 de maio, o TCE promoveu seminário com o tema “Precisamos falar sobre Assédio” para apresentar conceitos básicos a prática, as políticas para preveni-la e combatê-la e as consequências para a saúde mental das vítimas.

O evento, direcionado a servidores e terceirizados do TCESP e ao público externo, aconteceu no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello” e teve transmissão em tempo real pela TVTCE e pelo canal da Corte no YouTube.

Com abertura realizada pelo Chefe de Gabinete desta Presidência, José do Carmo Mendes Junior, e mediação conduzida pelo Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sergio Satoshi Otsuki, as palestras foram ministradas pela Desembargadora e Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT), Luciana Storer, pela Professora da Fundação Getúlio Vargas Alessandra Benedito e pelo Médico Psicanalista Alexandre Patricio de Almeida.

Também participaram do encontro o Diretor de Coordenação Estratégica, Marcus Cerávolo, e o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi.

O evento reuniu cerca de 200 pessoas e teve mais de 1 mil visualizações *online*.



Leia e faça o download da cartilha “Conscientização e Combate ao Assédio e à Discriminação” do TCE.



Curso sobre Nova Lei de Licitações



Em mais uma ação pedagógica, o Tribunal de Contas do Estado realizou, em Araraquara, evento para gestores e servidores públicos sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Mais de 300 pessoas compareceram ao auditório da Unidade Regional da Corte no município.

O encontro contou com a participação do Conselheiro Dimas Ramalho e dos Assessores Técnicos Bruno Mitsuo Nagata e Rafael Hamze Issa. Foram registradas 3,7 mil visualizações durante a transmissão pela internet, com acesso de servidores de órgãos públicos de todo o Brasil. As palestras trataram de assuntos como regime de adiantamento, postura dos gestores nas contratações e vigência da nova lei.

O evento marcou a continuidade de uma série de seminários sobre a Nova Lei de Licitações, que o TCESP realiza desde 2022. O tema permanece em discussão após Medida Provisória ter dado sobrevida à Lei nº 8.666/1993, cuja vigência segue concomitante à da Lei nº 14.133/2021 até 30 de dezembro de 2023, proporcionando maior prazo para que as administrações públicas se adaptem às novas regras.



Acesse o canal da EPCP no YouTube e veja as instruções do curso do TCE sobre a Nova Lei de Licitações.



Encontro com entidades nacionais de controle externo



Os Conselheiros Antonio Roque Citadini e Cristiana de Castro Moraes estiveram em Porto Velho (RO) para uma série de reuniões com entidades nacionais de controle externo.

Decano da Corte paulista, Citadini compareceu à Assembleia da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Já a Conselheira, que também é Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa (IRB), viajou ao município para integrar reunião de Diretoria da entidade.

Os eventos foram realizados no Estado em celebração aos 40 anos do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas rondonienses.

O Procurador do MPC junto ao TCESP Thiago Pinheiro Lima também participou dos eventos comemorativos, como um dos palestrantes do Fórum “O papel indutor e cooperativo dos Tribunais de Contas no aperfeiçoamento das políticas públicas”. Em sua apresentação, discutiu as inovações e os desafios enfrentados atualmente pelo controle externo.

TCESP promove debate sobre Lei de Acesso à Informação



O TCESP ainda **organizou um seminário, em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Secretaria de Gestão e Governo Digital, sobre a importância da transparência e da Lei de Acesso à Informação (LAI).**

Participaram do encontro, o Vice-Presidente do TCE, Conselheiro Renato Martins Costa, o Controlador Geral do Estado de São Paulo, Wagner de Campos Rosário, o Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo e Presidente da Comissão Estadual de Acesso à Informação, Tiago Lima Nicodemo, entre outras autoridades.

Durante o seminário foi apresentado o Plano Anticorrupção do Estado, que inclui medidas como a publicação consolidada das renúncias de receitas; a disponibilização de informações sobre bens imóveis do Estado e de notas fiscais de compras e a criação de aba exclusiva para tratar de emendas parlamentares no Portal da Transparência.

O evento abordou, ainda, a relevância do arquivamento adequado das informações e as diferenças entre a LAI e a Lei Geral de Proteção de Dados.



Assista ao VII Seminário de Gestão Documentos e Acesso à Informação no canal da EPCP no YouTube.



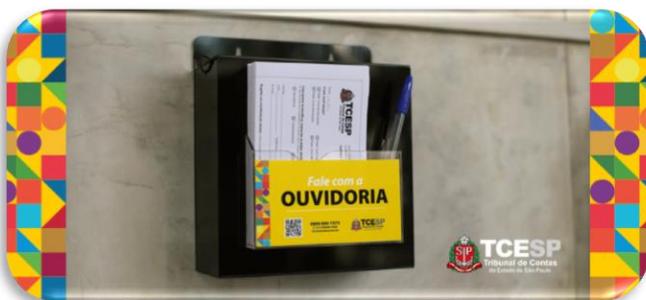
Inteligência Artificial no TCESP



O Tribunal de Contas também inovou ao lançar um mecanismo de Inteligência Artificial voltado ao aprimoramento do controle externo. Baseada na mesma tecnologia do ChatGPT, que fornece soluções em texto para diferentes solicitações, a ANIA (Assistente Natural com Inteligência Artificial) foi criada para agilizar a análise de documentos em formato PDF, o que dará mais velocidade ao trabalho de fiscalização.

Com habilidades avançadas de processamento, a assistente virtual é capaz de responder a perguntas específicas sobre o conteúdo dos arquivos, elaborar resumos e até mesmo categorizar documentos por tópicos. A ferramenta foi apresentada pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal, Fábio Xavier.

Ouidoria cria mais um canal para denúncias



A Ouidoria do TCE disponibilizou um novo canal para o recebimento de manifestações. Agora, com a instalação de caixas de coleta em áreas de grande circulação da Casa, servidores, prestadores de serviços, estagiários e visitantes podem apresentar queixas, sugestões ou qualquer outro tipo de comentário, de forma anônima, sem a necessidade de se deslocarem até a Ouidoria ou utilizarem meios eletrônicos de comunicação.

Fiscalização Ordenada Resíduos Sólidos



No âmbito da fiscalização, **vale destacar a III Fiscalização Ordenada realizada pelo TCESP em 2023. Na oportunidade, 267 municípios da Região Metropolitana, do litoral e do interior do Estado de São Paulo foram vistoriados simultaneamente, sem prévia comunicação aos jurisdicionados.** A ação – realizada em junho, envolvendo 268 Agentes da Fiscalização – **teve por objeto a análise de serviços de tratamento de água e esgoto e de aspectos relacionados à coleta e à disposição final de resíduos sólidos urbanos, de saúde e da construção civil.**

O relatório final elaborado pela Corte, como resultado da operação, revela que, quase 13 anos depois da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), mais da metade dos municípios (53,18%) inspecionados ainda mantêm pontos de descarte irregular de lixo. Apesar de obrigatória por lei, a coleta seletiva ainda não foi regulamentada em aproximadamente 40% das cidades abrangidas pela fiscalização. Em quase metade delas (47% da amostragem), esse tipo de coleta responde por até 25% do total de lixo recolhido.

Também foram constatadas irregularidades em mais de 60% dos aterros sanitários operados pelos municípios. Falta de licença válida para operação, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), e a presença de animais, de catadores informais, de chorume e de moradias no entorno estiveram entre os principais apontamentos.



Confira mais informações sobre as fiscalizações ordenadas do TCESP e baixe os relatórios com os resultados.



Curso sobre gestão de resíduos sólidos



2023
CURSO EAD

**GESTÃO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Desafios e oportunidades
para os municípios

INSCRIÇÕES
1º/7 a 31/7
uspdigital.usp.br/apolo

2 Turmas
60 Vagas por turma

Carga horária: 30 horas
Data: 2/9 a 2/12

USP TCESP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CETESB

No encerramento do período, **o TCESP anunciou a abertura das inscrições para duas novas turmas do curso “Gestão de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo: desafios e oportunidades para os municípios”**, capacitação voltada especialmente a administradores, servidores públicos e profissionais das áreas de meio ambiente e limpeza urbana.

O curso, gratuito e com duração de 30 horas, ocorrerá entre 2 de setembro e 2 de dezembro de 2023. As aulas foram elaboradas pelo Tribunal de Contas do Estado em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP), por intermédio da Escola de Engenharia de São Carlos, e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Concebidas na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e distribuídas em seis módulos, as aulas abordam, entre outros assuntos, a relação entre resíduos sólidos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a legislação aplicável ao setor, as principais irregularidades identificadas pelos órgãos de fiscalização, além de formas alternativas de gestão dos resíduos sólidos.

Ao todo, foram disponibilizadas 120 vagas, divididas em duas turmas. O curso será autoinstrucional, modelo de ensino em que os participantes assistem aos conteúdos conforme sua própria disponibilidade. Aqueles que completarem o curso obterão certificado expedido pela USP.

Relações institucionais

TCESP e Atricon discutem ações conjuntas de fiscalização



O Senhor Presidente reuniu-se, no dia 4 de abril, com a **diretoria da Atricon para debater modelos de fiscalização destinados a entidades de controle de todo o país**. Participaram do encontro os Conselheiros Antonio Roque

Citadini e Cristiana de Castro Moraes; o Secretário-Diretor Geral, Sérgio Ciquera Rossi; o Presidente da Atricon, Cezar Miola (TCE-RS); o Vice-Presidente Executivo da entidade, Edilson de Sousa Silva (TCE-RO); e o Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais, Joaquim Alves de Castro Neto (TCE-GO).

Audiência com parlamentares



Também em abril, o *Senhor Presidente* recebeu **visita institucional dos Deputados Estaduais Beth Sahão, Donato e Paulo Fiorilo**. Durante a reunião, foram apresentadas as metas da atual presidência da Corte e algumas das

principais ações dirigidas aos jurisdicionados paulistas. A agenda foi acompanhada pelo *Chefe de Gabinete da Presidência, José do Carmo Mendes Júnior*.

Encontro com o Vice-Presidente da República em Brasília



O Presidente Sidney Beraldo e o Vice-Presidente, Renato Martins Costa, foram recebidos em **audiência pelo Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin, em Brasília, no dia 15 de maio**. Acompanhados da Diretora da EPCP,

Bibiana Camargo, trataram de assuntos institucionais.

Reunião com a Secretária Estadual de Cultura



O Vice-Presidente, Renato Martins Costa, participou de **reunião com a Secretária Estadual de Cultura e Economia Criativa, Marília Marton**. Durante o encontro, foram discutidos temas de interesse institucional e os preparativos para as comemorações do centenário do TCESP, em 2024. Também estiveram presentes o Procurador do MPC junto ao TCESP Thiago Pinheiro Lima e a Diretora da EPCP, Bibiana Helena Freitas Camargo.

Audiência com o Presidente da Companhia do Metropolitano de SP



Em 15 de junho, o Senhor Conselheiro-Presidente recebeu, em seu Gabinete, na Capital, a **visita do Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Julio Castiglioni**, que assumiu o cargo no último dia 14 de abril. Na oportunidade, Castiglioni esteve acompanhado da Advogada e Gerente Jurídica do Metrô, Janaina Schoenmaker.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2023, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Presidente, o Conselheiro Renato Martins Costa, Vice-Presidente, e o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – CORREGEDOR**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS

No 2º trimestre de 2023, foram distribuídos aos julgadores **80** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Contrato	7	-	7
Execução de Obras e Serviços (Inst. 2/96)	1	-	1
Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Entidade Privada - Convênio	-	1	1
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos – Convênio – Valor Superior	28	-	28
Recurso Ordinário	36	-	36
Representação	1	-	1
Rescisão de Julgado	2	-	2
Revisão de Julgado	4	-	4
TOTAL	79	1	80

2.2 ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **5.529** processos eletrônicos, conforme classificação apresentada abaixo:

**Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Auditores e Gabinete da Presidência)**

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GRCMC	GCRRM	GCCCM	GCDER	CA	GP	
Ações	2	3	1	1	1	3	-	2	13
Adiantamentos	9	8	9	9	8	9	-	-	52
Atos de Pessoal	4	2	8	4	7	3	1.197	-	1.225
Balanço Geral do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Concurso Público	1	1	1	2	2	-	-	-	7
Contas de Prefeitura	36	31	25	31	38	40	-	-	201
Contratos	187	198	208	117	205	175	246	2	1.338
Controle de Prazos	5	5	5	5	5	4	7	2	36
Exame Prévio de Edital	101	89	92	95	89	91	-	-	557
Expedientes	39	55	43	47	46	60	29	80	399
Expedientes do Ministério Público	22	32	34	21	18	24	34	61	246
Expedientes do Poder Judiciário	4	8	10	8	5	3	9	13	60
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	35	35
Recursos	101	111	114	109	99	94	49	46	723
Relatório de Fiscalização	1	-	37	-	6	7	-	-	51
Repasse Públicos	58	57	59	60	79	77	84	2	476
Representação	13	15	8	9	12	12	26	1	96
Total Geral	583	615	658	520	622	602	1.687	242	5.529

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS

5.609

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 sessões ordinárias e 2 sessões extraordinárias, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **422 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **398 representações em sede de Exame Prévio de Edital**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes do recebimento das propostas) de editais de licitação lançados por órgãos jurisdicionados, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.
- Analisou as contas, relativas ao exercício de 2022, prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu em **6 Sessões virtuais** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **12 sessões ordinárias**, nas quais apreciaram 1.336 e 1.249 processos, respectivamente.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

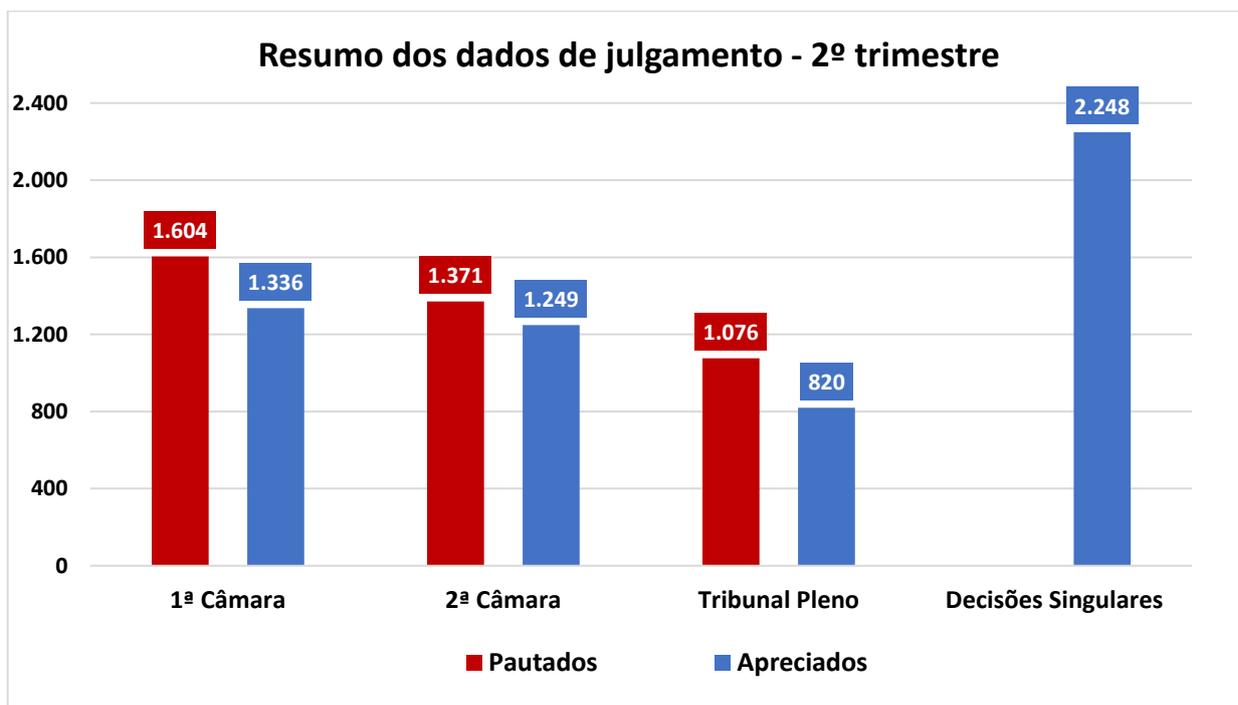
No período, foram proferidas **506 sentenças**, devidamente publicadas no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (DOE-TCESP), em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos. No 2º trimestre de 2023, as matérias tratadas em **1.742 autos** foram julgadas pelos Senhores Auditores.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 2º trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **7.720 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o 2º trimestre de 2023, o órgão se manifestou em **1.382 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.822 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia e pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados (SDG-3), no período, **4.193 processos**, dos quais **456** resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **4.669 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **7.210 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	407
Processos Eletrônicos	6.803

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	42	42	31	115
AUTARQUIA ESTADUAL	2	1	4	7
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	-	1	3	4
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	1	1
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	13	4	2	19
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	1	4	5
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	1	1	6	8
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	2	1	1	4
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	1	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	1	-	-	1
SECRETARIA	3	-	16	19
TRIBUNAL	-	1	1	2
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	17	15	27	59
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	1	2	1	4
UNIDADE DE SECRETARIA - UGE	41	2	8	51
TOTAIS	123	71	106	300

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	115	114	123	352
AUTARQUIA MUNICIPAL	32	18	24	74
CÂMARA MUNICIPAL	175	111	57	343
CONSÓRCIO MUNICIPAL	23	13	6	42
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	-	3	7	10
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	2	-	2	4
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	1	3	-	4
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	12	9	24	45
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	3	9	7	19
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	-	1	1
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	9	7	9	25
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1	1	4	6
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	2	1	1	4
PREFEITURA MUNICIPAL	194	196	117	507
TOTAIS	572	489	384	1.445

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

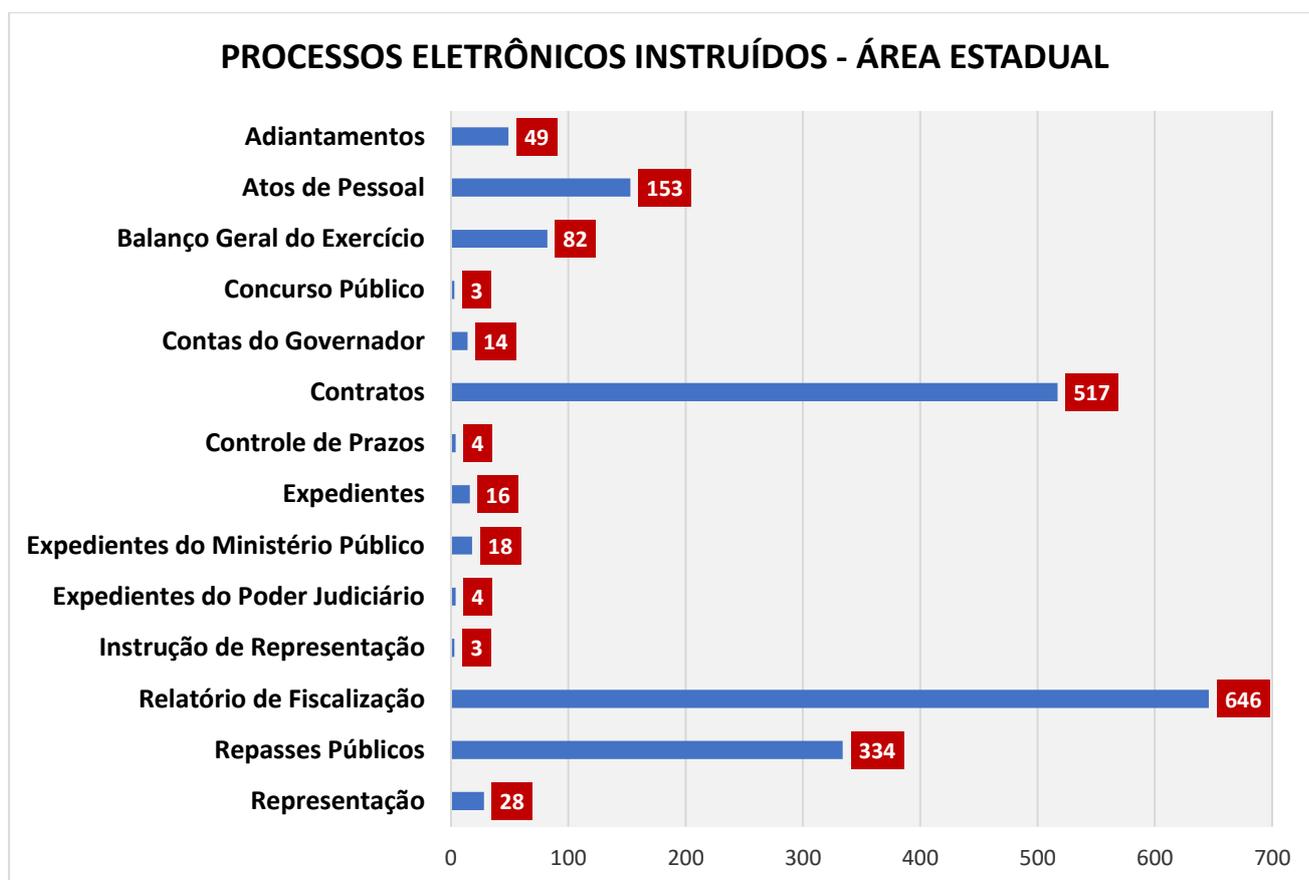
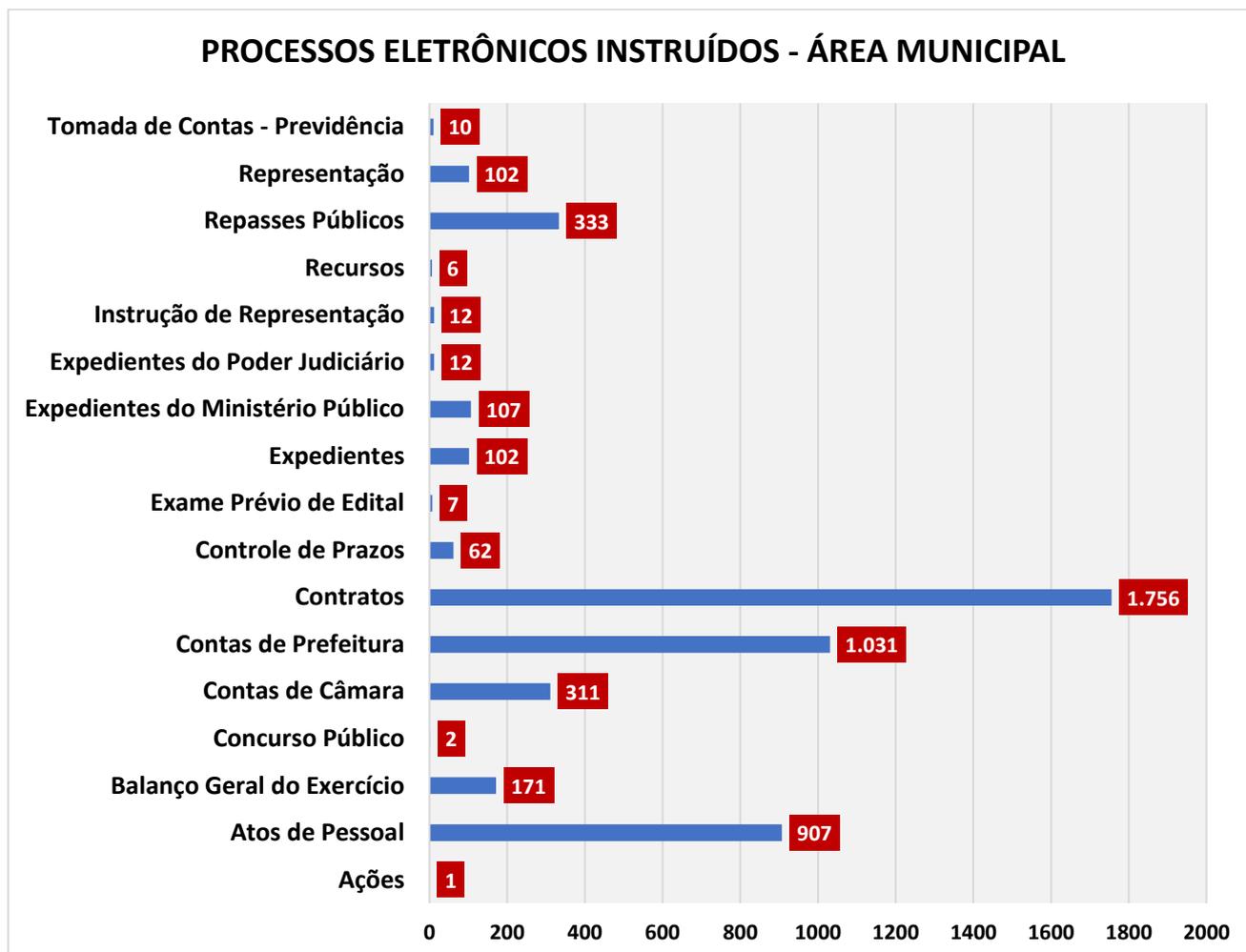


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **23 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **87 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de junho, o Núcleo registrou um total de **671 atos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, a ATJ exarou **3.183 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar os recursos públicos, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No segundo trimestre de 2023, **o órgão conduziu 47 atividades macro analíticas, por meio de suas seções.**

6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa). É composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **1.901 processos.**

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.614, de 26 de dezembro de 2022, foi elaborado em observância às disposições da Lei n.º 17.555, de 20 de julho de 2022, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2023”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.148.701.152,00, sendo R\$ 1.139.149.578,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 9.551.574,00 para as Despesas de Capital.**

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, além de obedecer a normas específicas para o exercício, traçadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.555/22), o Decreto n.º 66.447, de 13 de janeiro de 2023 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 18 de janeiro de 2023.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE encontra-se no Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.447/2023) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor de R\$ 4.081.182,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 2001/2023-1-0001, concluído em 13/2/2023, referente a Crédito Suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 118.818,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando à cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001, apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2023-1-0002.

2. Expediente SAO n.º 2001/2023-4-0003, concluído em 15/2/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 50.000,00 (Conta 33.90.31), com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2023 de 31/01/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, com o intuito de assegurar o pagamento da Premiação do Concurso de Monografias do TCESP tema “Orçamento Público” (Prêmio Jorge Tibiriçá Piratininga de Orçamento Público 2022).

3. Expediente SAO n.º 2001/2023-4-0005, concluído em 3/3/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 950.000,00 (Conta 33.90.39), com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2023 de 31/01/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, visando à contratação de organização, transporte, arquivamento e guarda de processos, conforme SEI 1254/2023-40.

4. Expediente SAO n.º 2001/2023-1-0006, concluído em 29/3/2022, referente a Crédito Suplementar, no valor total de R\$ 700.000,00 (Conta 33.90.40), com oferecimento de recursos provenientes do Tesouro, Fonte 001, ação 4821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, elemento 33.90.40 (Serviços de TI – PJ), resultante da redução no valor de projetos de informática desta Corte.

4.1. Suplementação

Conta 44.90.52 (Equipamentos e material permanente), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 700.000,00 para aquisição de materiais permanentes.

5. Expediente SAO n.º 2001/2023-4-0008, concluído em 26/4/2023, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 2.000.000,00 (Conta 33.90.40), com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 043 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-2/2023 de 20/4/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, objetivando a contratação de serviços de informática, abrangendo os serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento de dados, tratamento de informações, microfilmagem, treinamento e outros serviços, (processo SEI 19058/2022-41).

6. Expediente SAO n.º 2001/2023-4-0010, concluído em 15/5/2023, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 1.200.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 043 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-3/2023 de 10/05/2023, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

6.1. Conta 33.90.40 no valor total de R\$ 200.000,00:

- Suporte técnico e transferência de arquivos (Rollout), referente à aquisição de *notebooks*.

6.2. Conta 44.90.52 no valor total de R\$ 1.000.000,00:

- Aquisição de *notebooks*.

Os quadros a seguir demonstram a programação inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no orçamento do Estado para 2023 e, em seguida, a execução orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de junho do corrente exercício. Ressalta-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento de cada mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Fevereiro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Março	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Abril	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Maio	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Junho	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Julho	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Agosto	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Setembro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Outubro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Novembro	82.849.283	11.680.207	361.639	-	12.041.846	94.891.129
Dezembro	83.247.173	11.736.596	363.390	-	12.099.986	95.347.159
TOTAL	994.589.286	140.218.873	4.341.419	-	144.560.292	1.139.149.578

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2023 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Fevereiro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Março	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Abril	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Maio	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Junho	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Julho	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Agosto	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Setembro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Outubro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Novembro	583.100	212.544	-	795.644	95.686.773
Dezembro	585.900	213.590	-	799.490	96.146.649
TOTAL	7.000.000	2.551.574	-	9.551.574	1.148.701.152

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.849.283	11.677.309	361.639	-	12.038.948	94.888.231
Fevereiro	82.849.283	11.657.023	411.639	-	12.068.662	94.917.945
Março	82.849.283	10.957.023	861.639	-	11.818.662	94.667.945
Abril	82.849.283	11.657.023	911.639	-	12.568.662	95.417.945
Maio	82.849.283	11.657.023	1.111.639	-	12.768.662	95.617.945
Junho	82.849.283	11.657.023	911.639	-	12.568.662	95.417.945
Julho	82.849.283	11.680.207	911.639	-	12.591.846	95.441.129
Agosto	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Setembro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Outubro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Novembro	82.849.283	11.680.207	411.639	-	12.091.846	94.941.129
Dezembro	83.247.173	11.736.596	413.390	-	12.149.986	95.397.159
TOTAL	994.589.286	139.400.055	7.541.419	-	146.941.474	1.141.530.760

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2023 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	583.100	212.544	-	795.644	95.683.875
Fevereiro	583.100	212.544	-	795.644	95.713.589
Março	1.283.100	212.544	-	1.495.644	96.163.589
Abril	583.100	212.544	-	795.644	95.213.589
Maio	583.100	1.212.544	-	1.795.644	97.413.589
Junho	583.100	212.544	-	795.644	96.213.589
Julho	583.100	212.544	-	795.644	96.236.773
Agosto	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Setembro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Outubro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Novembro	583.100	212.544	-	795.644	95.736.773
Dezembro	585.900	213.590	-	799.490	96.196.649
TOTAL	7.700.000	3.551.574	-	11.251.574	1.152.782.334

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.850.905,55	35.046.858,66	660.012,29	-	35.706.870,95	118.557.776,50
Fevereiro	79.637.181,18	16.421.254,09	729.028,61	-	17.150.282,70	96.787.463,88
Março	82.234.976,40	11.985.489,36	9.368,05	-	11.994.857,41	94.229.833,81
Abril	83.291.086,84	10.944.103,02	3.665.534,85	-	14.609.637,87	97.900.724,71
Maio	80.266.966,52	7.894.346,16	2.669,65	-	7.897.015,31	88.163.982,33
Junho	84.379.779,44	2.375.312,36	285.409,94	-	2.660.722,30	87.040.501,74
TOTAL	492.660.895,93	84.667.363,65	5.352.023,39	-	90.019.387,04	582.680.282,97

(Valores em R\$ 1)
Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	86.930,00	-	86.930,00	118.644.706,50
Fevereiro	1.944,60	90.560,00	-	92.504,60	96.879.968,48
Março	-	-	-	-	94.229.833,81
Abril	133.070,00	(133.070,00)	-	-	97.900.724,71
Maio	102.168,69	13.588,00	-	115.756,69	88.279.739,02
Junho	76.638,51	-	-	76.638,51	-
TOTAL	313.821,80	58.008,00	-	371.829,80	583.052.112,77

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

 Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL OUTRAS	TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5		
Janeiro	82.841.259,55	6.235.111,46	50.949,79	-	6.286.061,25	89.127.320,80
Fevereiro	79.296.465,18	7.821.782,80	5.614,22	-	7.827.397,02	87.123.862,20
Março	82.235.718,40	9.803.905,19	39.023,63	-	9.842.928,82	92.078.647,22
Abril	83.259.978,84	8.468.815,75	48.644,62	-	8.517.460,37	91.777.439,21
Maio	80.241.758,52	10.425.722,48	361.686,36	-	10.787.408,84	91.029.167,36
Junho	84.380.521,44	9.644.878,18	121.887,96	-	9.766.766,14	94.147.287,58
TOTAL	492.255.701,93	52.400.215,86	627.806,58	-	53.028.022,44	53.028.022,44

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2023 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	-	-	-	89.127.320,80
Fevereiro	-	-	-	-	87.123.862,20
Março	-	35.720,00	-	35.720,00	92.114.367,22
Abril	-	8.700,00	-	8.700,00	91.786.139,21
Maio	-	-	-	--	91,029.167,36
Junho	-	7.688,00	-	7.688,00	94.154.975,58
TOTAL	-	52.108,00	-	52.108,00	545.335.832,37

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes aos 1º e 2º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do TCESP nos dias 6 de abril e 3 de junho de 2023, respectivamente.

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Divisões de Sistemas (DSIS) e de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, atuou no apoio técnico à **I Fiscalização Ordenada Nacional (Operação Educação)** e à **III Fiscalização Ordenada de 2023**, que avaliou o tema **resíduos sólidos**. Quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, no 2º trimestre, o DTI atualizou as informações do **Mapa das Câmaras, Painel do Terceiro Setor, Painel da Fiscalização Ordenada, Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas, Observatório Fiscal, Painel da Saúde e Painel Tietê-Pinheiros**.

Também realizou a implementação de melhorias em sistemas como **SisGCA**, **Audesp – Fase V** e **Aplicativo Portal TCESP**, atualizando os dados para consulta, além de adicionar novas funcionalidades e aperfeiçoamentos. Lançou, ainda, **a Assistente Natural com Inteligência Artificial (ANIA)**, com o objetivo de simplificar e acelerar a análise de documentos em formato PDF.

Com relação ao serviço de suporte aos usuários, o DTI realizou **4.343 atendimentos telefônicos**, sendo **2.261 para servidores do Tribunal e 2.082 para usuários externos (222 ligações foram abandonadas)**. No período, também foram gerados **6.025 chamados virtuais, 5.889 dos quais devidamente finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua ainda na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos feitos judiciais.

O GTP, no 2º trimestre, elaborou **1.437 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **88 processos e expedientes físicos**. Além disso, o órgão procedeu ao acompanhamento de **408 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

Ao GTP também está vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas – EPCP** que, no trimestre, realizou **165 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **2.354 participantes e 52.146 visualizações**.

Do setor, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Nova Lei de Licitações:** tendo em vista a continuidade da alta demanda pelo tema, a EPCP promoveu uma série de eventos para capacitar tanto os servidores da Casa quanto os de outros órgãos e entidades jurisdicionados. Assim, foram realizadas capacitações presenciais no Auditório Nobre (10/4 e 18/5) e na Subsede da EPCP na UR-13, em Araraquara (26/5). Também foram promovidos três encontros *online* – nos meses de abril, maio e junho – como parte das ações que compõem o Plano Anual de Trabalho da Rede Integrar 2023, projeto gerido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). No período, ocorreu ainda o lançamento do curso desenvolvido pelo Tribunal em parceria com a Procuradoria Geral do Estado de SP e a Sefaz-SP, com o intuito de preparar os servidores dessas instituições para a nova disciplina introduzida pela Lei nº 14.133/21.
- b) **Programa de Liderança:** realização de *workshops* em formato *online* direcionados a novos gestores com os temas Comunicação Assertiva, *Feedback*, Empatia e Relacionamentos, contemplando 166 servidores. Além disso, em continuidade aos cursos focados em desenvolvimento de *soft skills*, foram promovidas 11 dinâmicas, abordando Iniciativa e Inovação, Responsabilidade e Autogestão, Relacionamento e Trabalho em Equipe, O projeto contou com a participação de 150 servidores.
- c) **Controle Interno:** o tema foi abordado em dois cursos durante o 2º trimestre. O primeiro, realizado em 19 de maio, teve como foco o Terceiro Setor e contou com quase 6 mil acessos. Já o segundo, ocorrido em 30 de junho, tematizou as Fiscalizações Operacionais e o acompanhamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de Educação e Saúde, tendo somado mais de 2,5 mil visualizações.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou 626 atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 2º trimestre

2º trimestre de 2023	Quantidade de eventos	Número de Participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	126	2.180	51.612
<i>Reuniões e visitas técnicas</i>	33	174	-
<i>Podcontas</i>	6	-	534
TOTAL	165	2.354	52.146

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, pela organização, coordenação, pelo aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre

	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Atendimentos	Telefone	414	532	490	1.436
	Fale Conosco	703	776	613	2.092
	“Web”	191	258	212	661
	E-mail	11	23	15	49
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	498	493	381	1.372
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		203	421	270	894
Envio de e-mails (Comunicados)		135	163	115	413
Cadastrros	Advogados	121	155	137	413
	Partes	639	574	510	1.723
	Órgãos	210	71	16	297

	Participação PILOTO ¹	0	4	0	4
	Processos Cadastrados PILOTO	0	2	1	3
	Liberação do PILOTO para Produção	0	1	0	1

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se os estudos para nova versão do sistema de análise e gestão de processos (Radar+); o redimensionamento do servidor de banco de dados; o desenvolvimento de funcionalidade para geração de PDFs únicos e de estrutura para Núcleo de Consultas; além da análise de ferramentas para atualização do sistema.

6.6. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022 e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento e coleta de informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

Quanto à gestão e ao monitoramento do Plano Estratégico 2022-2026, para além das atividades rotineiras desenvolvidas ao longo do segundo trimestre, a Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1) acompanhou **os 31 projetos indicados como prioritários no Portfólio da Gestão 2023**. Em conjunto com gestores e gerentes do Plano, foram revisados e aprimorados os cronogramas desses projetos, de forma a alinhar as entregas com o contexto atual e com os resultados esperados.

A Diretoria também subsidiou o Conselheiro-Presidente na realização de duas reuniões com os gestores dos Objetivos, nas quais foram discutidos os projetos priorizados. A DCE realizou, ainda, encontro para a apresentação do andamento do plano ao Conselheiro-Coordenador do Planejamento Estratégico, Renato Martins Costa.

No período, foram efetivadas, ainda, **melhorias nas funcionalidades do sistema de monitoramento**, mediante a inclusão de novos campos nas fichas do projeto, a automatização de processos de coleta de dados e a atualização do painel de informações. A DCE-1 desenvolveu, também, um modelo de **Termo de Abertura de Projetos (TAP) para auxiliar os diversos setores da Casa** na compreensão dos fundamentos da metodologia

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para atuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

de estruturação de projetos e na realização das etapas necessárias à inclusão de novas propostas no Portfólio Estratégico, que, ao final do segundo trimestre, contava com 133 projetos, dos quais 36 já concluídos.

Durante o segundo trimestre, a DCE participou de reunião *online* para troca de experiências com o setor de planejamento do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. E, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, integrou os trabalhos para acompanhamento das ações de melhorias propostas por diversas áreas do TCESP, no âmbito da Pesquisa de Clima Organizacional.

No campo das Informações Gerenciais (DCE-2), a Diretoria elaborou e encaminhou à Presidência da Casa relatório sobre ***eventuais irregularidades em contratações públicas***. Além disso, foram estabelecidos contatos e fluxos de ***trocas de informações com unidades de inteligência de órgãos públicos de diversas esferas federativas***.

Visando a manter e celebrar novos convênios e acordos de cooperação, a Diretoria subsidiou o processo de renovação da adesão do TCESP à Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede Infocontas), organizada pela Atricon. Atuou, ainda, na elaboração de proposta para participação da Corte de Contas paulista nas ações do FOCCOSP estabelecidas para o ano de 2023, bem como na confecção de minuta de resolução estabelecendo fluxos processuais para os relatórios de informações gerenciais produzidos pela DCE-2.

6.7. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

No período, a Diretoria preparou **2.620 despachos**, 713 no Sistema SEI (administrativo) e o restante (1.907), no âmbito do e-TCESP.

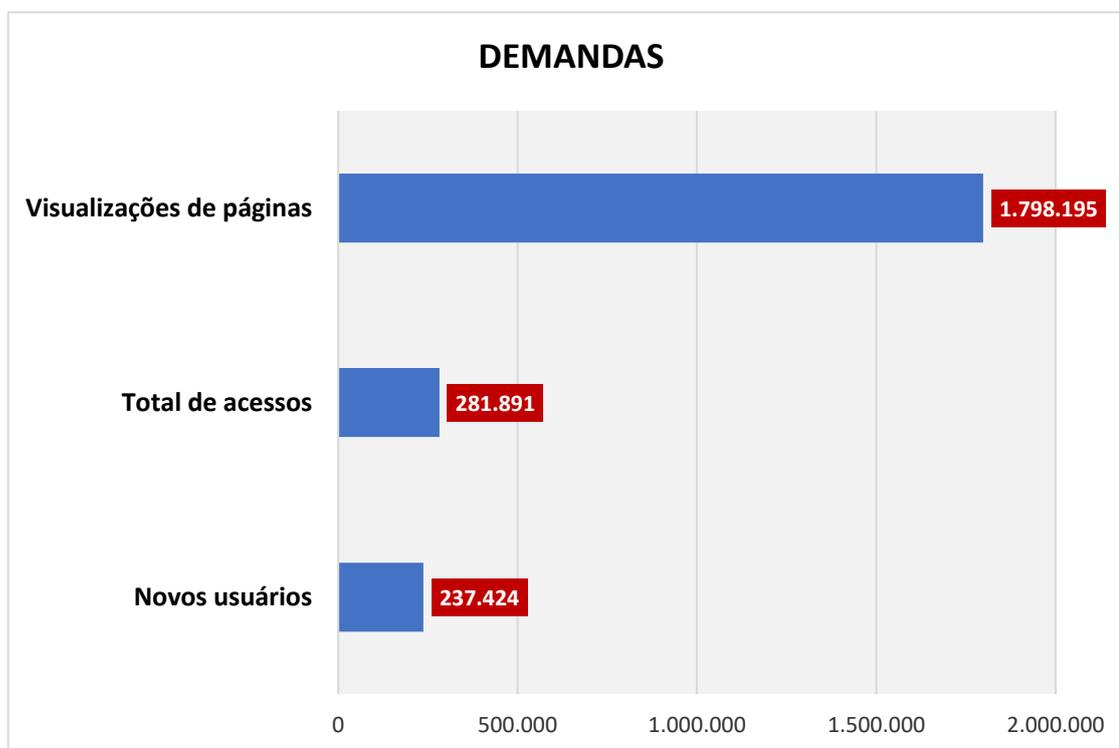
Também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno**. Efetuou, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

6.8. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **5.119 atendimentos** neste trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **57 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



Registre-se ainda o total de **3.975 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados, através do Portal da Ouvidoria, as quais foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Casa responsáveis pelos respectivos atendimentos.

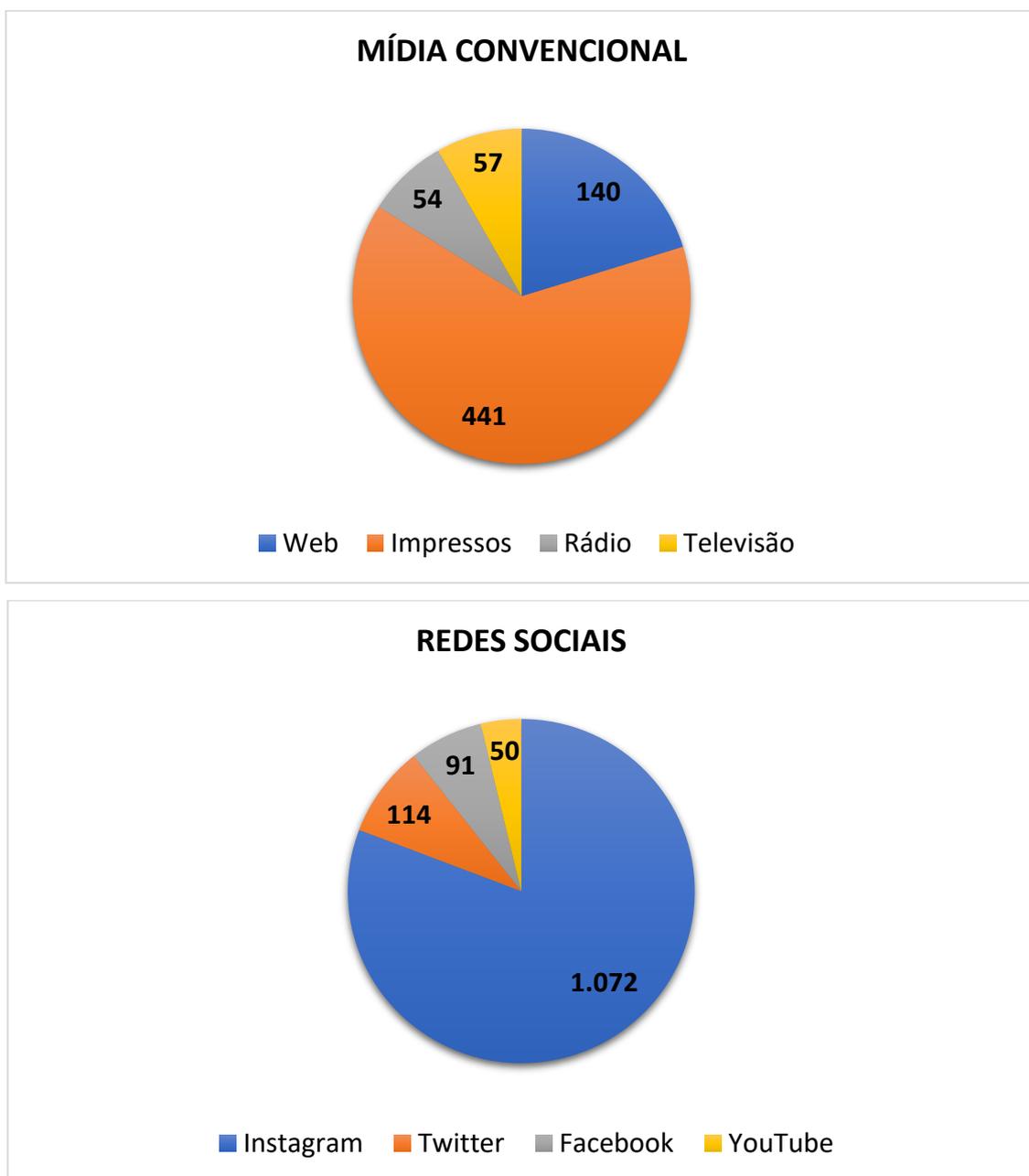
6.9. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo

adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a CCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), sites noticiosos, blogues, entre outros. **No segundo trimestre, foram 2.701 registros, sendo 692 em mídia convencional e 2.009 em redes sociais.**

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais

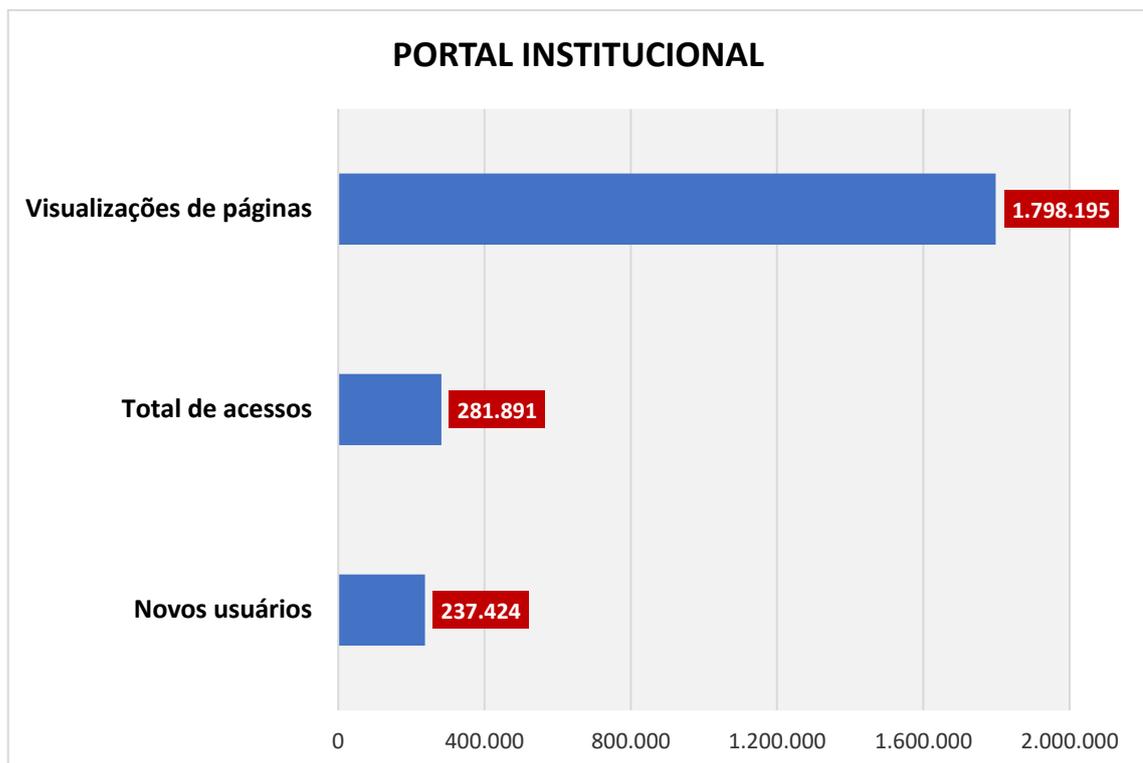


NEWSLETTER: o setor também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **12 newsletters, enviadas a 33.920 contatos**, sendo 32.409 externos e 1.511 internos (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: produção/veiculação de manuais e materiais de cunho institucional. No período, foram **publicados pela CCS seis artigos e dois boletins**.

PORTAL INSTITUCIONAL (INTERNET): no segundo trimestre, foram publicadas 96 matérias, divulgando tanto as decisões das Câmaras e do Tribunal Pleno quanto realizações de natureza institucional, como seminários, cursos, artigos, eventos internos e externos etc. O portal do TCESP teve **281.891 acessos e 1.798.195 visualizações de página**, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Acessos ao Portal TCESP



* Fonte: Google Analytics – Período: 1º de abril a 30 de junho de 2023.

PORTAL DO SERVIDOR (INTRANET): no período foram veiculadas **70 matérias**. A intranet teve 166.195 acessos e 265.603 visualizações de página, o que corresponde a aproximadamente **2.918 visualizações/dia**.

6.10. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.11. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No 2º trimestre de 2023, o Cerimonial atuou em **15 eventos internos, 14 receptivos e 1 evento externo**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **segundo trimestre de 2023**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE

8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	24/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	30/6/2023
GP	21/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	19/6/2023
GP	20/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	1/6/2023
GP	19/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	26/5/2023
GP	18/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	19/5/2023
GP	17/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	12/5/2023
GP	16/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	5/5/2023
GP	15/2023	Lista de Exames Prévios de Editais submetidos ao Tribunal Pleno	28/4/2023
GP	14/2023	Lista de Exames Prévios de Editais - Sessão de 19/4/2023	24/4/2023
GP	13/2023	Lista de Exames Prévios de Editais - Sessão de 12/4/2023	14/4/2023
GP	12/2023	Lista de Exames Prévios de Editais - Sessão de 5/4/2023	10/4/2023

Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	36/2023	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	22/6/2023
SDG	35/2023	Ciclo de Debates - Bauru	22/6/2023
SDG	34/2023	Aplicação da Lei Federal nº 14.133/21	19/6/2023
SDG	33/2023	SISTEMA AUDESP – FASE V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Ajustes	5/6/2023
SDG	32/2023	Entidades proibidas de novos repasses	5/6/2023
SDG	31/2023	Ciclo de Debates - Campinas	31/5/2023
SDG	30/2023	Coleta de Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS)	19/5/2023
SDG	29/2023	Ciclo de Debates - Santos	19/5/2023
SDG	28/2023	Ciclo de Debates - Sorocaba	18/5/2023
SDG	27/2023	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	17/5/2023
SDG	26/2023	Emenda Constitucional nº 109, de 2021 - Câmaras Municipais - Gastos com inativos e pensionistas, no cômputo de despesas com pessoal	17/5/2023
SDG	25/2023	Correta formalização de contratações públicas no âmbito do Terceiro Setor	15/5/2023
SDG	24/2023	Volume de processos julgados no 1º Trimestre do exercício de 2023, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular	12/5/2023
SDG	23/2023	AUDESP – FASE V - Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Ajustes	12/5/2023
SDG	22/2023	Entidades proibidas de novos repasses	4/5/2023

SDG	21/2023	Gastos com publicidade em Contratos de Gestão - Objeto do ajuste	2/5/2023
SDG	20/2023	Vinculação constitucional à manutenção e desenvolvimento do Ensino	28/4/2023
SDG	19/2023	Áreas de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	24/4/2023
SDG	18/2023	Ciclo de debates - São José dos Campos	19/4/2023
SDG	17/2023	Estatísticas - Movimentação de processos em tramitação	19/4/2023
SDG	16/2023	Ciclo de Debates - São José do Rio Preto	10/4/2023
SDG	15/2023	Entidades proibidas de novos repasses	5/4/2023



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2023